

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

1

Varginha, 09 de dezembro de 2025.

Ofício nº 86/2025

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Secretaria Geral

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com nossas cordiais saudações, submetemos à consideração dessa Egrégia Casa Legislativa, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos legais e regimentais que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei que **"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A PROCEDER À CORRELAÇÃO ENTRE OS CÓDIGOS CONTIDOS NA TABELA I DO ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.021/2003 E OS CÓDIGOS DE TRIBUTAÇÃO DO EMISSOR NACIONAL DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA"**.

A presente proposição decorre da necessidade de adequação do Município de Varginha às determinações supervenientes da **Emenda Constitucional nº 132/2023** e da **Lei Complementar nº 214/2025**, que instituíram, no âmbito nacional, o novo modelo padronizado da **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)**. A legislação federal estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2026, todos os Municípios deverão adotar o padrão nacional ou, mantendo sistema próprio, compatibilizar seus documentos fiscais ao leiaute nacional.

Como é de conhecimento dessa Casa Legislativa, o Município já utiliza emissor próprio de NFS-e, instrumento consolidado e de amplo uso pelos contribuintes locais. Contudo, para que sua permanência seja juridicamente válida e tecnicamente integrada ao ambiente nacional, torna-se imprescindível promover o alinhamento entre a codificação municipal da lista de serviços sujeita ao ISSQN e a codificação padronizada nacional.

A correlação autorizada pelo Projeto de Lei tem caráter **exclusivamente técnico e operacional**, visando assegurar uniformidade entre os sistemas e prevenir divergências interpretativas ou dificuldades de fiscalização.

É importante frisar que a medida **não promove qualquer alteração de alíquotas, bases de cálculo ou hipóteses de incidência**, preservando-se integralmente o princípio da legalidade tributária e a competência normativa privativa desta Câmara Municipal.


EXMO SR.

MARCO ANTÔNIO DE SOUZA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

N E S T A

Of autoriza o chefe do executivo a proceder à correlação entre os códigos da lei nº 4.021/2003



A autorização para que a correlação seja realizada por meio de decreto fundamenta-se na necessidade de celeridade administrativa, considerando que o ambiente nacional da NFS-e pode ser atualizado periodicamente por seus órgãos gestores. Assim, evita-se a necessidade de sucessivas alterações legislativas, sem qualquer prejuízo à reserva legal, uma vez que a medida não implica inovação tributária.

Diante de sua relevância para a adequação do Município ao novo sistema nacional e para a garantia de segurança jurídica aos contribuintes e à Administração Tributária, submeto o Projeto de Lei à apreciação dessa Câmara Municipal, confiando em sua costumeira atenção e reconhecido compromisso com o interesse público.

Convicto do atendimento do Legislativo e da impessoalidade de cada uma de Vossas Excelências, aguardo na certeza da aprovação do presente Projeto.

Com protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemos à essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,



Leonardo Vinhas Ciacci
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA *del*

1

PROJETO DE LEI N°...

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A PROCEDER À CORRELAÇÃO ENTRE OS CÓDIGOS CONTIDOS NA TABELA I DO ANEXO DA LEI MUNICIPAL N° 4.021/2003 E OS CÓDIGOS DE TRIBUTAÇÃO DO EMISSOR NACIONAL DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.

O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal,

A P R O V A :

Art. 1° O Chefe do Executivo fica autorizado, por meio de Decreto Municipal, a proceder à correlação entre os códigos dos itens e subitens de serviços sujeitos à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, contidos na Tabela I a que alude o art. 1° da Lei Municipal n° 4.021/2003, com os respectivos códigos de tributação nacional utilizados pelo Sistema Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, conforme leiautes adotados pelo referido sistema.

Art. 2° Vale, para todos os efeitos, a correlação procedida na forma do art. 1°, de modo que a codificação, bem como a descrição dos serviços previstas em uma ou em outra listagem, tenha o mesmo valor jurídico, de acordo com a correspondência estabelecida entre elas.

Art. 3° A correlação tratada nesta Lei tem o propósito de coadunar a codificação prevista na legislação municipal com a codificação prevista no Sistema Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, cuja adoção será obrigatória a partir de 01/01/2026, nos termos do art. 62, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n° 214/2025.

Art. 4° A correlação procedida na forma desta Lei não pode, em nenhuma hipótese, resultar em alteração nas alíquotas dos serviços previstas no art. 7° da Lei Municipal n° 4.021/2003 e suas alterações, no art. 99, §§ 1° e 2°, da Lei n° 6.402/2017, e no art. 19, parágrafo único, da Lei n° 6.937/2021.

Proj autoriza o chefe do executivo a proceder à correlação entre os códigos da lei n° 4.021/2003

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA 05


2

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Varginha, 09 de dezembro de 2025.



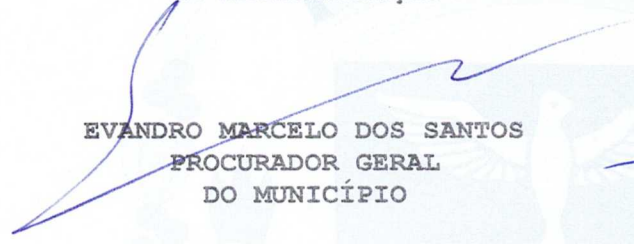
LEONARDO VINHAS CIACCI
PREFEITO MUNICIPAL




ROBERTO CÉSAR DE LIMA RIBEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO



CARLOS HONÓRIO OTTONI JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE GOVERNO



EVANDRO MARCELO DOS SANTOS
PROCURADOR GERAL
DO MUNICÍPIO



WADSON SILVA CAMARGO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DA FAZENDA



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Vigência

Altera o Sistema Tributário Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 43.

§ 4º Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono." (NR)

"Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

....." (NR)

"Art. 105.

I -

II) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

....." (NR)

"Art. 145.

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

§ 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos." (NR)

"Art. 146.

III -

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, inclusive em relação aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239.